



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E
FINANCEIRA DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR**

TATIANE SOUZA DA SILVA

BELO HORIZONTE, 2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E
FINANCEIRA DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Fernanda Carla Castro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tatiane Souza da Silva

GESTÃO DEMOCRÁTICA: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E FINANCEIRA DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 21 de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Professora Danielle Gregole Colucci – Avaliador

Professora Fernanda Carla de Castro – Orientador

Tatiane Souza da Silva - Cursista

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais uma vitória e conquista, a meus familiares pela paciência e dedicação, as professoras Denise e Fernanda por estar me auxiliando nesta etapa tão esperada. A equipe da Escola de Gestores por proporcionarem um curso tão enriquecedor. E enfim deixo a todos o meu carinho e muito obrigado.

RESUMO

O presente estudo sobre gestão democrática analisa a Escola Municipal Irma Avelino Menezes, localizada em Ribeirão das Neves - MG, que atende crianças de 1º e 2º períodos da educação infantil e 1º ano/9 do fundamental. O objetivo dessa pesquisa é refletir sobre o processo de administração escolar e financeiro que visa a melhoria da qualidade da aprendizagem das crianças atendidas na instituição. A partir da realização do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola, durante o curso de especialização, e de um trabalho de investigação científica foi possível discutir esses aspectos da gestão e nota-se um aumento da participação nos processos de tomadas de decisão na Escola Irma Avelino Menezes e de desenvolvimento das crianças atendidas pela instituição. Este estudo usará como referências teóricas João Ferreira de Oliveira, Karine Nunes de Moraes e Luiz Fernandes Dourado (2010), Heloísa Luck *et al* (2005), entre outros.

Palavras-chave: Administração Pública; Organização Financeira; Gestão Democrática; Educação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1.0 PAPEL DO GESTOR ESCOLAR.....	09
1.1 A Administração Pública Escolar.....	09
1.2 A Administração Financeira Escolar.....	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS	15
ANEXO Projeto Político Pedagógico.....	17

INTRODUÇÃO

A gestão democrática pela qual a escola deve ser gerida, por ser uma instituição de serviço público, é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e é uma realidade a ser seguida na educação pública. Esse tipo de gestão desenvolve a autonomia, delega a responsabilidade para todos os agentes da educação servindo como eixo para a atuação do gestor, que é o articulador da democracia no âmbito escolar.

O conceito de gestão democrática na educação é assim entendido:

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola [...] Para que haja a participação efetiva dos membros da comunidade escolar, é necessário que o gestor, em parceria com o conselho escolar, crie um ambiente propício, que estimule trabalhos conjuntos, que considere igualmente todos os setores, coordenando os esforços de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, alunos e pais envolvidos no processo educacional. (OLIVEIRA, MORAES e DOURADO 2010, p. 4 e 5)

Assim, quando falamos em gestão democrática na educação estamos propondo colocar a democracia em prática no cotidiano escolar. Portanto, democracia e educação, na perspectiva da gestão democrática, caminham lado a lado. Uma escola que conquista uma determinada autonomia consegue traçar os seus caminhos pedagógicos, visando à melhoria da aprendizagem das crianças. Além da autonomia pedagógica, a escola também precisa conquistar autonomia administrativa e financeira; quando a escola conhece as suas próprias demandas ela caminha em busca de respostas, a jornada apresenta boas perspectivas. Para conquistar essa autonomia, ainda que parcial, é importante observar o que diz a LDB nº 9.394/96, em seu Art.15:

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 2013).

A gestão dos recursos financeiros recebidos pela escola também ocorre por meio de uma gestão participativa e democrática na medida do possível. Os profissionais sempre devem ser consultados para que aja uma melhor aplicação dos recursos financeiros, favorecendo a uma gestão transparente e democrática. Todos os recursos são deliberados pelo Colegiado Escolar e a Caixa Escolar juntamente com os conselheiros fiscais, que representam todos os segmentos da comunidade local e escolar, sendo que em nossa escola esses órgãos são formados por dois representantes de pais, dois de professores e/ou pedagogos, dois tesoureiros representantes do corpo docente, quatro conselheiros fiscais entre pais e professores e o gestor escolar. As propostas da comunidade escolar são avaliadas na reunião da Caixa Escolar e Colegiado para ajustes e aprovação a fim de deliberarem a respeito da execução do dinheiro. Isso quer dizer que:

(...) o coletivo da escola deve participar da definição das prioridades, dos objetivos e de como eles serão atingidos, quais os recursos disponíveis para se alcançar esses objetivos, como e onde as verbas recebidas pelas escolas serão aplicadas e o que pode ser feito para alocação de novas verbas. (DOURADO, 2006. p. 60)

1.0 O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR

É importante lembrar que o gestor tem leis a cumprir, deve estimular a participação da equipe e da comunidade escolar com a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP). Ele deve trabalhar pela permanência do aluno na escola, ter transparência com a parte financeira da escola, deixando que todos tenham ciência sobre o que está acontecendo no ambiente escolar.

Um dos grandes desafios que a direção da escola enfrenta é para administrar os gastos, pois ela tem uma autonomia relativa: não pode gastar tudo o que é necessário para a escola. Para todo o gasto é preciso que a direção da escola faça uma reunião com os integrantes da Caixa Escolar para saber o que é prioritário para ela. Gastar o dinheiro não é tão simples, pois exige do gestor muita atenção para uma série de detalhes. Ele deve ter o acompanhamento dos participantes da Caixa Escolar e supervisão de cronogramas de desembolso, as formas de liberação dos recursos orçamentários e financeiros a serem utilizados nas escolas e os mecanismos de contratação, pagamento e comprovação das despesas. Merece atenção os cheques emitidos pela escola ou unidade executora, as notas fiscais de gastos realizados e os recibos de serviços prestados.

Todos esses instrumentos constituem o registro da gestão financeira realizada na escola e devem ser cuidadosamente acompanhados e arquivados.

1.1 A Administração Pública Escolar

A administração escolar tem por finalidade uma gestão ética, democrática e inovadora, pois, com ações educativas, forma alunos para a cidadania. Objetiva também proscrever a diferença existente entre comunidade local e escolar, com um ambiente que propicie trabalhos em parceria, como deve ser uma gestão participativa.

A administração pública é regida por normas e procedimentos e ainda pelos princípios constitucionais:

A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, Estado, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.” (ART. 37, BRASIL)

O gestor escolar é uma figura importante na educação, pois é responsável pelo planejamento administrativo e pedagógico da escola, com visão de conjunto, harmonizando os setores, resultando na formação do ambiente escolar, com opiniões e ações inovadoras, comprometido com capacitação e motivação de seus profissionais, visando melhorar o desenvolvimento de toda sua equipe. De acordo com Luck, (2009, p.22):

Os gestores escolares, constituídos em uma equipe de gestão, são os profissionais responsáveis pela organização e orientação administrativa e pedagógica da escola, da qual resulta a formação da cultura e ambiente escolar, que devem ser mobilizadores e estimuladores do desenvolvimento, da construção do conhecimento e da aprendizagem orientada para a cidadania competente.

Um dos fatores que pode afetar uma gestão escolar democrática é a indicação dos diretores escolares. Superar essa prática é essencial para o processo democrático. Felizmente, essa tendência vem sendo superada nas instituições escolares públicas. O ideal é que o diretor seja indicado por sua competência e não por outros critérios, conforme destaca LÜCK. *et.al.*:

O sistema educacional brasileiro tem sido particularmente afetado, em seu processo de seleção de diretores escolares, por esta prática de indicações políticas e familiares. Essa prática, no entanto, está sendo gradativamente superada. Cresce o entendimento de que a liderança máxima da escola necessita ser exercida por Profissional competente. A transição entre esse esquema de indicação para um processo de indicação por competência deverá levar algum tempo e também demandar significativo esforço para ser implantado. Não há, no entanto, nenhum outro método melhor para selecionar pessoas que o da competência profissional. Isto porque essa competência é o fundamento básico de um sistema escolar eficaz, daí por que deve-se tê-la bem claro

durante o processo de identificação de candidatos para assumir vagas para o exercício da gestão e da docência. Uma vez que os critérios de seleção e as qualificações necessárias tenham sido estabelecidos, então os candidatos potenciais são facilmente identificados ou até mesmo se identificam por si sós. (LÜCK. et.al. 2005, p. 87)

Para promover a educação também é necessário ter ambiente físico adequado, com infra estrutura escolar que possa atender bem alunos e professores, para um melhor relacionamento. De acordo com Luck, (2009, p.20):

A escola é uma organização social constituída pela sociedade para cultivar e transmitir valores sociais elevados e contribuir para a formação de seus alunos, mediante experiências de aprendizagem e ambiente educacional condizentes com os fundamentos, princípios e objetivos da educação.

Com relação a esses aspectos, no ambiente educacional, no município de Ribeirão das Neves, tem havido uma preocupação em instalar escolas em prédios adequados para o bom funcionamento das mesmas, uma vez que a maioria das escolas são casas alugadas com espaços inadequado e adaptados.

A Escola Municipal Irma Avelino Menezes funciona em uma casa alugada, é um prédio cedido e com poucas adequações para a educação infantil, que atende 240 alunos e tem um corpo docente de 30 funcionários. Apesar da estrutura física inadequada, a escola é bem organizada e conta com uma equipe qualificada e comprometida. Os espaços físicos são utilizados da melhor forma possível para garantir uma educação de qualidade aos alunos.

1.2 A Administração Financeira Escolar

A escola é mantida financeiramente mediante três fontes de renda: O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa de Manutenção da Escola (PME) e a renda provinda dos recursos próprios.

As verbas recebidas e executadas na unidade escolar são de responsabilidade do gestor em conformidade com órgãos consultivos e deliberativos, Colegiado e Caixa escolar, que são responsáveis pela gestão financeira da escola.

O Programa de Manutenção da Escola (PME) é um recurso financeiro repassado pela Administração Municipal em conta bancária com valores fixos todos os meses. Essa verba é gerenciada pela direção escolar em consonância com o Conselho Fiscal e o Colegiado, trazendo autonomia e melhor atendimento às necessidades da escola.

ART.1 - Fica criado o PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA ESCOLA – PME, que consiste na transferência pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda – SMAF de recursos financeiros consignados em seu orçamento em favor das escolas públicas do ensino infantil e fundamental da rede municipal deste município, de forma a contribuir, supletivamente, para a manutenção de cada estabelecimento de ensino. (LEI MUNICIPAL Nº 2278/99)

Os recursos do PME são destinados para a manutenção, conservação, pequenos reparos na unidade escolar, implementação do Projeto Pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais. As escolas recebem uma lista de itens que se caracterizam em materiais de consumo e tipos de prestação de serviço que podem ser pagos com esse recurso. Os valores são calculados de acordo com o número de alunos matriculados com base no censo escolar do ano anterior. A prestação de contas é feita semestral com a aprovação da Caixa Escolar que é o órgão da escola responsável pelo recebimento e execução dos recursos financeiros.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é um recurso repassado à escola direto em conta bancária específica pelo Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE). Essa verba é de repasse anual e de parcela única com base também no censo escolar do ano anterior.

Os recursos podem ser utilizados para as seguintes finalidades: aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; captação e aperfeiçoamento de profissionais da educação; avaliação de aprendizagem; implantação de projeto pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais. (DOURADO, 2006. p. 65)

A diferença principal do PDDE e do PME para a utilização de recursos financeiros na escola é a abertura do uso de capital para aquisição de material permanente. Essa abertura contribui para que a escola adquira bens que facilitem o desenvolvimento do ensino na unidade escolar.

Apesar dessas duas fontes de rendas que a escola recebe durante o ano, os valores repassados são insuficientes para atender todas as necessidades do desenvolvimento e manutenção da escola. Sendo assim são promovidos na escola atividades para captação de recursos como festas envolvendo toda a comunidade escolar. Na escola em que atuo, são realizados eventos como: festa da Família, festa junina, feira literária e a festa no final do ano para os alunos.

A gestão financeira dos recursos da Caixa Escolar é composta de três etapas fundamentais: planejamento, execução e prestação de contas. E em tempo determinado para cada recurso são feitas as prestações de contas que também são avaliadas para aprovação e entregues aos setores responsáveis pelos repasses na Secretaria e Prefeitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como unidade da Rede Municipal de Ensino, a escola está submetida ao regime de um sistema educacional específico, logo há deveres para serem cumpridos e acatados que vão além do caráter consultivo aos servidores e comunidade escolar. As deliberações feitas pela Secretaria de Educação, órgão responsável pelo Sistema de Ensino, são repassadas a escola na pessoa do gestor que tem a responsabilidade de garantir o cumprimento e execução eficiente das ações planejadas para a rede.

Nota-se que a comunidade escolar tem cobrado a transparência na atuação dos gestores da administração pública. São exigidas mudanças e transparência dentro do contexto escolar, com isso novas atividades passam a ser desenvolvidas dentro do contexto escolar.

A administração eficiente e eficaz se tornou uma exigência primordial do governo: o gestor público é responsável direto pelo uso correto dos recursos, que visam atender os interesses da sociedade como um todo, não somente no planejamento mas também na execução de serviços.

Na Escola Municipal Irma Avelino Menezes a administração pedagógica e financeira é realizada de forma coletiva, participativa e bem articulada e permite oferecer o necessário suporte para um ensino de qualidade, educando as crianças para um mundo melhor, oferecendo a elas as primeiras instruções educacionais necessárias para que possam desenvolver-se e continuarem progredindo dentro do sistema escolar.

Faz-se necessário fortalecer esse coletivo para que assim a escola possa conquistar de vez sua autonomia pedagógica, financeira e administrativa.

REFERÊNCIAS

BELLONI, I. E MAGALHÃES, H. E SOUSA, L. C. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional – 3.ed. – São Paulo: Editora Cortez, 2003

BRASIL. Lei n.º 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. de 26 de dezembro de 1996.

CASTRO, Marta Luz Sisson de. **A gestão da escola básica: conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora de escola municipal** 2000. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 05 fev 2015

DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho Escolar e o Financiamento da educação no Brasil**. 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>. Acesso em 02 fev 2015

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. 2009. Disponível em http://www.fundacaolemann.org.br/arquivos/uploads/arquivos/Dimensoes_da_gestao_escolar.> Acesso em 12 de fev 2015

LÜCK, Heloísa. *et.al.* **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, João Ferreira de. MORAES, Karine Nunes de. DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão Escolar Democrática**: definições, princípios, mecanismos de sua implementação. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 2010. Disponível em http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf. Acesso em 01 fev 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES - **LEI Nº 2278/99**. De 13 de dezembro de 1999

RIBEIRÃO DAS NEVES. **Projeto Político Pedagógico da Escola Julieta Tarciana Vieira Rocha**. Ribeirão das Neves - MG. 2014.

SANÁBIO, Marcos Tanure; SANTOS, Gilmar José dos; DAVID, Marcus Vinícius. 2013. **Administração pública contemporânea: política, democracia e gestão.** Disponível em: <
http://www.editoraufjf.com.br/ftpeditora/site/administracao_publica_contemporanea.pdf>. Acesso em 01 de fev de 2015

SANABIO, Marcos Tanure(Org.). **Manual do gestor público: um guia de orientação ao gestor público.** 2.ed. Porto Alegre : Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2011.

**Anexo Projeto Político Pedagógico Escola Municipal Julieta
Tarciana Vieira Rocha**



ESCOLA MUNICIPAL JULIETA TARCIANA VIEIRA ROCHA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

RIBEIRÃO DAS NEVES, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO	05
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa	07
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica	08
3. CURRÍCULO	09
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	15
5. PROCESSOS DE DECISÃO	18
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	19
7. AVALIAÇÃO	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Julieta Tarciana Vieira Rocha, surgiu no ano de 2004, para atender a demanda de crianças na faixa etária de 5 a 6 anos, porque a rede pública não disponibilizava naquela região escola voltada para a Educação Infantil. A princípio, a escola funcionava como anexo da Escola Municipal Liliane Marchezane Gomes. Essa escola funcionava em uma casa alugada pela prefeitura e atendia a 350 alunos distribuídos em dois turnos. Sendo neste ano (2005), cinco turmas de 1º ano do 1º ciclo (fase introdutória) do Ensino Fundamental e três turmas de 2º período (crianças de 5 anos). No ano de 2006, a escola foi transferida para a Av. Denise Cristina da Rocha, nº 1280, no bairro Papine, no município de Ribeirão das Neves. Também em prédio locado, mas com um amplo espaço, com área de lazer e quadra coberta, porém com algumas deficiências pois o local fora adaptado para o espaço escolar.

Em relação ao espaço físico, o prédio apresentava algumas limitações como: salas mal ventiladas, banheiros adaptados, escadas, fiações expostas, entre outros, pois o local foi construído para atender o funcionamento de uma fábrica. Contudo, o espaço foi adaptado da melhor forma possível para atender as necessidades dos educandos daquela comunidade.

A escola funcionou nesse prédio até o início do ano de 2014, com dezesseis salas de aula, sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado), duas quadras cobertas. Porém, após todos esses anos funcionando no local, os problemas foram surgindo de forma mais frequente e por questões financeiras e por questões estruturais a prefeitura da cidade optou por encerrar as atividades naquele local, pois atender o público infantil em um prédio naquelas condições estava cada dia mais inviável.

Em fevereiro de 2014 antes do início do ano letivo a escola foi fechada, os alunos e a equipe escolar foram distribuídos pelas escolas do município após a análise de zoneamento e respeitando as regras de prioridade de cada caso. Foi uma perda enorme para aquela comunidade que criou uma resistência e se indignou diante do fato.

No mês de março de 2014 surgiu então a Escola Municipal Julieta Tarciana Vieira Rocha, dando continuidade nas atividades em um novo espaço localizado a Rua Geraldo Loffi, 83 Bairro Viena, em Ribeirão das Neves, com outra comunidade e outra equipe escolar, porém com um público bem similar ao da antiga escola.

Da estrutura física algumas adaptações foram feitas para atender a demanda de alunos, foi criado uma nova sala de aula que passou a atender mais duas turmas do 1º período. A escola possui um pátio pequeno, uma área de churrasco onde fora construída uma biblioteca, uma cozinha, uma sala para os professores, um banheiro, uma sala de direção e uma secretaria.

Atualmente atende três turmas de 1º período (4 anos) , quatro turmas de 2º período (5 anos) e uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental em um bairro de população carente, onde a maioria dos pais trabalham fora, sendo as crianças levadas até a porta da escola por outras crianças, por vizinhos ou conhecidos. Trata-se de uma comunidade com baixo nível de escolaridade e com baixa renda.

Por se tratar de um bairro relativamente novo, a população local é advinda de vários outros locais. São moradores que ainda estão em processo de construção de suas casas, a maioria dos alunos possuem outros irmãos com idade inferior a dez anos de idade. Trata-se de uma comunidade com um perfil interiorano, demonstrando entender a importância da escola na vida das crianças bem como a participação e interesse na frequência às aulas. A comunidade costuma tratar com muito respeito a direção e toda equipe da escola.

Os estudantes são interessados, demonstram gostar do espaço e das atividades escolares. O público é em sua maioria respeitoso, crianças que demonstram um grande contentamento com coisas simples. Pelo fato da oferta de ensino ser escassa neste bairro, os pais valorizam a escola como um espaço disputado e essa responsabilidade é naturalmente transferida para as crianças que tratam a escola com muito carinho e respeito tendo consciência de sua importância.

A missão da Escola Municipal Julieta Tarciana Vieira Rocha é educar com amor e responsabilidade, desenvolvendo nas crianças valores éticos, morais, afetivos, cognitivos e sociais, despertando a curiosidade, o desejo e a vontade de aprender e tornando a construção do conhecimento, da leitura e da escrita prazeroso através de desafios que as conduzam e as façam interagir com o meio onde vivem e saibam enfrentar a realidade social de um mundo globalizado e encontrar caminhos com competência, compromisso e responsabilidade.

FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Julieta Tarciana Vieira Rocha busca desenvolver o seu trabalho tendo como finalidades principais o pleno desenvolvimento do educando e o preparo para o exercício da cidadania. Ao buscar esse desenvolvimento e a formação comum, estabelecida como finalidade pela LDB 9.394/96, a escola desenvolve projetos voltados para a promoção da cidadania e a compreensão pela criança do mundo em que vive como o Projeto “Gentileza Gera Gentileza”. Estes trabalhos e objetivos estão de acordo com as finalidades constantes na LDB Lei 9.394/96, como se pode constatar no Art. 22:

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, 1996, p. 9)

A Constituição Federal em seu Art. 205 também dispõe sobre a formação a ser oferecida pela escola, ressaltando o dever da família e do Estado:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p.122).

A instituição busca também em sua prática estar em consonância com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (Brasil, 1998), buscando dar a base para a formação integral do aluno como ser social ativo, através de

experiências favoráveis. Para isso, a escola se pauta nas orientações da Proposta Curricular da Educação Infantil do Município de Ribeirão das Neves (2012), que por sua vez está em consonância com Referencial Nacional. Neste sentido, a Proposta Curricular Municipal (2012) destaca a necessidade de:

Conduzir o aluno a desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações; descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar; estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social; (Ribeirão das Neves, 2012, p 5).

A Escola Municipal Julieta Tarciana Vieira Rocha trabalha, buscando atuar na formação do sujeito partindo de pequenos saberes, que acrescentados ao dia a dia da criança vão produzindo o resultado esperado. Os trabalhos do dia a dia escolar, vão trazendo à tona o aluno questionador, de opinião própria que com suas vivências somadas às articulações docentes consegue produzir uma síntese única, e se tornar um sujeito social. A busca constante é pela formação de um sujeito integrado com a realidade e capaz de opinar, se posicionar perante ao mundo e propor caminhos.

A missão da Escola Municipal Julieta Tarciana Vieira Rocha é garantir a motivação dos professores, funcionários e pais, para o sucesso da aprendizagem dos alunos, valorizando a diversidade e as atividades escolares cooperativas, tendo como visão de futuro uma educação de qualidade, onde todos os alunos se sintam motivados a cooperar e superar as metas definidas pela Secretaria Municipal de Educação (SMED).

O objetivo da escola é manter um equilíbrio consciente entre o Educar e o Cuidar, garantindo o acesso, a permanência e o sucesso das crianças na escola. Nessa perspectiva, busca-se o desenvolvimento integral da criança através de uma evolução harmoniosa nos aspectos biológicos, físico-motor, cognitivo e afetivo-emocional.

Desta forma são desenvolvidas atividades que propiciem o crescimento, preparando-o para se tornar um cidadão crítico e construtivo.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

○ Estrutura Organizacional administrativa

A Escola Municipal Julieta Tarciana Vieira Rocha, funciona em uma casa alugada, possui um pátio pequeno, tipo uma varanda, onde são realizadas atividades ao ar livre e recreio. Há uma sala da diretoria, uma sala de recepção, uma cozinha e uma sala para professores. Todos estes espaços foram organizados com divisórias para aproveitar melhor o ambiente, assim como a biblioteca que foi construída em um outro espaço ocioso para atender melhor a demanda e possibilitar um ensino mais qualificado e diversificado aos alunos.

As professoras são orientadas a utilizar todos os espaços da escola permitindo deslocamento livre, mas orientado pelos ambientes internos e externos. Por ter a escola um espaço físico bastante limitado sempre que possível, as crianças são levadas a desenvolver atividades em espaços diversos fora do ambiente escolar, como: visitas ao Parque Ecológico Municipal, cinema e participação em jogos externos, em escolas vizinhas. É desejo da escola, ter um prédio próprio onde possa se dispor de instalações mais confortáveis para o atendimento dos alunos, pais e funcionários, como: quadra de esportes, espaço para reunião de pais, sala de professores, banheiro exclusivo para funcionários, lavanderia, dentre outras instalações necessárias.

Dos recursos físicos, contamos com o básico, cada sala possui um armário e uma mesa para as professoras, cadeiras e carteiras para os alunos. Contamos com um computador, uma máquina de xerox, um freezer, uma geladeira e um fogão industrial, além de mobiliário simples de escritório, como mesas e armário para recepção e diretoria.

Atualmente, a escola tem dez professoras, sendo oito regentes e duas eventuais, sendo que duas delas tem o curso de pedagogia e normal superior, duas o curso de letras, seis curso de normal superior. Devido a escola ter um número pequeno de alunos, temos apenas uma secretária com formação de ensino médio. Ainda seguindo o critério de número de alunos, contamos com

apenas uma faxineira e uma merendeira com ensino fundamental incompleto. A escola tem duas pedagogas com curso de superior, uma diretora com curso de magistério e superior em enfermagem. Para a manutenção da escola os recursos recebidos são o P.M.E (Programa de Manutenção da Escola) e o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola).

2.2. Estrutura Organizacional pedagógica

No turno da manhã funcionam duas salas de 2º período (5 anos) com 13 alunos cada, uma de 1º ano do Ensino Fundamental com 16 alunos e uma de 1º período (4 anos) com 12 alunos. No turno da tarde temos duas turmas de 2º período (5 anos) com 13 alunos cada e duas turmas de 1º período (4 anos) com 15 alunos cada, devido ao tamanho das salas de aula.

A Escola Municipal Julieta Tarciana Vieira Rocha realiza reuniões de pais bimestralmente e há outros momentos em que os pais são chamados a participar da escola, tais como: feira literária, festa da família, festa juninas, além da participação em culminâncias de alguns projetos.

O planejamento pedagógico é realizado ao início do ano em reunião pedagógica entre professores e pedagogas, tomando como base a Proposta Curricular para Educação Infantil do Município de Ribeirão das Neves (2012). Neste momento organiza-se a sequência didática e discute-se a elaboração dos projetos pedagógicos que comporão as atividades anuais. A escola comporta uma pedagoga para cada turno, essas são responsáveis por articular todo processo pedagógico, como interlocutoras entre professores, direção e família.

Na Escola Municipal Julieta Tarciana Vieira Rocha a organização do tempo escolar se dá de modo a garantir que os alunos tenham tempo suficiente para se desenvolver, respeitando as necessidades e especificidades de cada um.

O planejamento escolar é feito anualmente, porém considerando as especificidades de tempo, o mesmo é elaborado deixando sempre possibilidades de flexibilização de acordo com cada turma e aluno.

O espaço escolar está em constante transformação para atender melhor

aos alunos e a comunidade em geral. Reuniões e encontros pedagógicos são realizados na varanda, único local disponível.

3 CURRÍCULO

A gestão pedagógica curricular se organiza de forma bem articulada com o planejamento da Rede de Ensino, tendo como apoio didático as Diretrizes para o Ensino Infantil, o Referencial Curricular Nacional, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação e para a Educação Fundamental (1º Ano/9).

Também é assegurado o planejamento em consonância com os Cadernos do CEALE (Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita), os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, os Guias do Alfabetizador e toda a legislação educacional referente às modalidades atendidas pela instituição.

Sendo a Escola Municipal Julieta Tarciana Vieira Rocha, uma instituição de predominância infantil com crianças de 4 a 6 anos de idade, as atividades são voltadas para o lúdico, dando ênfase as músicas, brincadeiras, contação de histórias, aulas de movimento corporal e diversas outras que favoreçam a aprendizagem e o processo de socialização das crianças.

Componentes Curriculares da Educação Infantil

A execução do desenvolvimento pedagógico da Educação infantil se orienta pela Proposta Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão das Neves, onde são estabelecidos os âmbitos, eixos e conteúdos com as respectivas atividades que possam alcançar os objetivos que fazem parte desse proposta, sendo:

1º PERÍODO - 4 ANOS

- Âmbito: formação pessoal e social
 - . Eixo: identidade e autonomia
- Âmbito: conhecimento de mundo
 - . Eixo: movimento
 - . Eixo: artes visuais

- . Eixo: música
- . Eixo: linguagem oral e escrita
- . Eixo: natureza e sociedade
- . Eixo: matemática

5 ANOS - 2º PERÍODO -

- Âmbito: formação pessoal e social:
 - . Eixo: identidade e autonomia
- Âmbito: conhecimento de mundo:
 - . Eixo: movimento
 - . Eixo: artes visuais
 - . Eixo: música
 - . Eixo: linguagem oral e escrita
 - . Eixo: natureza e sociedade
 - . Eixo: matemática

- Planejamento Mensal

Planejamento mensal em conformidade com a proposta da SMED e planejamento anual entregue pela SMED, (válido para o ano de 2014), assegurando momentos de recreação, aula de vídeo, jogos pedagógicos lúdicos livres e direcionados integrados as disciplina curriculares.

O planejamento mensal é elaborado juntamente com as professoras de cada período, buscando a unidade na diversidade e especificidade de cada turma.

A metodologia adotada pela equipe escolar é desenvolvida nos moldes de um planejamento sócio construtivista, através de uma construção coletiva dentro da própria escola, respeitando a realidade da comunidade e enriquecida com o desempenho de uma equipe comprometida, que desenvolve um planejamento acompanhado pela equipe de assessores da Secretaria de Educação, por atender com excelência as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil conforme os artigos 4º e 8º da resolução nº 5 de 2009, que discorre:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. [...] A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulações de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (Resolução CNE/CEB Nº 5/2009)

Assim, a escola atende ao princípio de que o cognitivo não se desenvolve de forma isolada, sendo cada conteúdo trabalhado de forma interdisciplinar para o processo formativo do conhecimento do aluno.

Componentes Curriculares da Educação Fundamental - 1º Ano/9

O planejamento para o 1º ano do ensino Fundamental, embora tenha propostas e diretrizes próprias, segue a mesma sistemática do ensino infantil com uma metodologia voltada para as especificidades do nível de ensino e as diretrizes para o mesmo.

Os conteúdos ministrados são divididos em duas dimensões: formação pessoal e social e conhecimento de mundo. No eixo formação pessoal e social é trabalhado os aspectos referentes ao nome, imagem, independência e autonomia, respeito à diversidade, interação, jogos, brincadeiras e cuidados pessoais. No eixo conhecimento de mundo os aspectos sistematizados da linguagem oral e escrita, natureza, sociedade, matemática, movimento, música e artes visuais.

O currículo do 1º Ano/9 será composto de disciplinas da Base Nacional Comum, de caráter obrigatório, de parte Diversificada, visando atender as necessidades e possibilidades correlatas, às peculiaridades locais, aos objetivos da instituição de ensino e às diferenças individuais dos alunos. As disciplinas ou matérias inseridas em cada currículo estarão delineadas no Plano Curricular específico de Ensino que integrará à presente Proposta Curricular, a saber:

1. Base Nacional Comum

5 aulas de língua portuguesa, 5 aulas de matemática, 2 aulas de artes, 4 aulas de ciências e meio ambiente, 2 aulas de geografia, 2 aulas de história, 3 aulas de ensino religioso/formação humana totalizando 25 aulas semanais.

- Planejamento Anual e Mensal

O Planejamento anual e mensal é feito em conformidade com os Cadernos do CEALE (Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita), os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, os Guias do Alfabetizador, assegurando momentos de aula de vídeo, visita a biblioteca, jogos pedagógicos. Bem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, como incentivo a leitura e a alfabetização dos alunos que terão várias atividades como:

- Momentos de leitura diária em sala, através de contação de história pela professora
- Bolsa Literária : leitura em casa

O planejamento mensal é elaborado em conjunto com as professoras de cada turma buscando a unidade na diversidade e especificidade de cada turma. Nele são elaboradas e estruturadas as metas e ações a serem desenvolvidas em cada bimestre conforme planejamento curricular anual da escola com base nas competências e habilidades a serem desenvolvidas pelas crianças em descritor.

Observação: Vale ressaltar que todo planejamento é flexível e pode sofrer alterações no decorrer do ano letivo mediante necessidades, tanto na Educação infantil quanto no 1º Ano/9.

- Módulos - Reuniões pedagógicas

No início de cada ano escolar, conforme consta no calendário escolar, antes da chegada dos alunos, são realizadas as reuniões de planejamento anual com as metas pretendidas para o corrente ano letivo, formação das turmas de alfabetização, 1º ano/9 e do 1º e 2º período.

No decorrer do ano são realizadas as reuniões pedagógicas nos módulos quinzenais, assegurados no calendário escolar e coordenadas pela Pedagoga da escola.

Também nas reuniões dos Módulos quinzenais sob a orientação da Pedagoga de cada turno, as professoras da Educação Infantil se organizam para a ação pedagógica, fazem o planejamento das aulas e dos projetos a serem desenvolvidos e elaboram suas estratégias de como desenvolver essa ação na sala de aula prevista em cada Âmbito e Eixo. E as professoras do 1º Ano/ 9, sob orientação da pedagoga de cada turno, também se organizam para fazer o planejamento mensal, preparar as ações pedagógicas (atividades) de cada projeto, preparar as avaliações contínuas de acompanhamento a serem desenvolvidas ao longo dos bimestres.

A pedagoga de cada turno também promove a avaliação sistemática em conjunto com as professoras de cada período e/ou série para verificar a eficiência e qualidade do planejamento, propondo mudanças e retomadas para o bimestre seguinte caso seja necessário. Dessa forma o planejamento curricular da escola está sempre atualizado com a realidade da comunidade atendida, respeitando as especificidades do ensino e da escola como instituição social.

Ao iniciar o ano escolar letivo, todos as ações são planejadas por toda a equipe escolar em especial os eventos maiores. É feito o cronograma e/ou calendário de atividades das programações que nortearão algumas das ações coletivas que integram família/escola, no decorrer do ano letivo. Porém, ressaltamos que além dos eventos citados abaixo, ao longo do ano poderão ser inseridas outras ações e/ou projetos, conforme atualização do planejamento.

- Dia Festivo- 1º dia de aula: Recepção dos alunos com aula inaugural no início do ano letivo, músicas, brincadeiras e muita interação.
- Festa da Família: A festa da Família é um evento que promove uma maior integração entre a família e escola, cria momentos especiais de convivência, de união que misturam alegria, diversão, interação, respeito, amizade, lealdade e muito amor entre pais, filhos e outros familiares que valorizam o espaço escolar e promove uma ação social. A Festa da Família é

realizada todos os anos, conforme previsto no calendário e, promove essa vivência tão valiosa para as crianças no seu local de estudos. São realizadas atividades programadas com o objetivo de envolver todos os familiares dos alunos através de Jogos, brincadeiras e danças e desfrutarem de momentos únicos de integração entre escola e família. Também é feita uma parceria com a comunidade escolar oferecendo-lhe uma oportunidade de expor e vender objetos artesanais, barracas de comidas típicas como fonte de ajuda financeira as famílias mais carentes.

- Festa Junina: **O objetivo principal do projeto da Festa Junina é enriquecer o conhecimento da turma quanto aos costumes das festas juninas. Isso se dará através de atividades lúdicas e prazerosas, contribuindo para a socialização dos alunos.** Este projeto visa integrar a comemoração da festa junina desenvolvendo o resgate social, exercendo a cidadania através de ações concretas, solidárias e participativas na gincana junina educativa.

- Projeto Gentileza : Nossos alunos, assim como todo ser humano, são seres únicos em meio a um processo contínuo de mudanças e crescimento. Eles passam boa parte de suas vidas dentro de nossa escola, e por acreditarmos que escola é um espaço de promoção humana e de formação da cidadania, sempre nos preocupamos em oferecer aos alunos da Educação uma educação fundamentada dentro dos princípios éticos, morais e cristãos, que também perpassam pelos valores do Cuidado e Gentileza, por serem estes valores essenciais dentro do processo educativo, é preciso ensinar o aluno a ter maior compreensão de si mesmo e do mundo.

- Semana Literária: É uma atividade prevista no calendário escolar para toda a rede de Ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental Secretaria Municipal de Ribeirão das Neves. A Semana Literária é uma atividade que é desenvolvida tradicionalmente no segundo bimestre do ano letivo, com a finalidade de trazer o assunto da leitura e a sua importância para dentro da comunidade escolar e incentivo a leitura e escrita. Durante esta semana, são oferecidos espaços de criação literária, além de se propiciar a oportunidade de conhecer a vida dos autores bem como a nossa riqueza do

mundo literário. Este evento tem se caracterizado, também, pela oportunidade de criação dos alunos de vários trabalhos literários.

- Datas comemorativas significativas: deverão ao longo do ano serem trabalhadas várias datas comemorativas significativas em forma de Projetos como exemplo : Projeto Identidade, Projeto Páscoa e outros projetos afins, previsto no planejamento anual.

- Festa de Despedida: Na última semana de aula em dezembro, será organizada uma festa de encerramento e despedida do ano letivo com decisão coletiva da realização do amigo oculto entre alunos. É uma confraternização calorosa, mostrando as crianças o verdadeiro espírito do natal.

4 TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Respeitados os dispositivos legais, o Tempo Escolar será organizado da seguinte forma:

- A Educação Básica e da Educação Infantil serão ministradas em 200 (duzentos) dias letivos.

- A carga horária mínima anual para ambas as modalidades será de 800 (oitocentas) horas, excluindo o tempo destinado aos recreios e exames finais, quando houver. A reposição de período letivo e de carga horária correspondente a eventuais ausências, deverá ocorrer dentro do ano letivo a que se refere.

- O ano letivo é organizado por 4 períodos bimestrais com carga horária diária de 4 horas aula. No entanto, o tempo de permanência dos alunos na escola por dia é de 4 horas e 35 minutos, pois, 20 minutos são destinados ao recreio e 15 minutos de aula acrescentados todos os dias para gerar um crédito de 4 horas aula por mês, utilizados para a realização dos Módulos dos professores que ocorrem em toda a rede municipal de ensino.

- Porém, para a educação infantil há na legislação uma maior flexibilidade em relação a essa carga horária, como discorre nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil:

As instituições de Educação Infantil têm formas específicas de organização da proposta pedagógica, do tempo, dos espaços, dos materiais, conforme o período de atendimento. O calendário letivo não precisa ater-se ao da escola de Ensino Fundamental, mas respeitar os dias de descanso semanal e os feriados nacionais, bem como garantir o período anual de férias para as crianças e funcionários. (BRASIL, 2008, p 35)

Como a escola atende as duas modalidades, uma vez que a educação das crianças de 6 anos foi inserida a educação fundamental, o gerenciamento do tempo para a educação infantil na pré-escola segue as orientações do nível maior que é o fundamental, observando essa flexibilidade na legislação. Nas escolas do Município somente as creches funcionam em regime de tempo integral com expansão gradativa em algumas escolas que oferecem as primeiras séries do ensino fundamental em conformidade com o 2º parágrafo do artigo 34 da LDB, lei de diretrizes e bases da educação, quando enfoca que “o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”. A organização do tempo na escola, entretanto, vai além da administração do tempo em sala de aula e da carga horária prevista pela legislação:

O tempo de escola é medido e analisado de diversas formas, ou seja, ao longo do ano, da semana e do dia, a duração e distribuição das folgas e férias, no tempo efetivamente atribuído às atividades consideradas de “ensino”, no tempo para a execução autônoma de tarefas, no tempo mobilizado pela escola em atividades fora dela. (CAVALIERE, 2007. p 1019)

Sendo assim, podemos elencar as várias outras formas de utilização do tempo na escola Julieta Tarciana Vieira Rocha como: reuniões pedagógicas e administrativas, as festas e eventos de entretenimento com a família dos alunos, as festas realizadas especificamente para os alunos, as reuniões de pais e professores, as atividades extra classe realizadas fora do espaço escolar, como passeios, e apresentações culturais dentre outras que vão surgindo no decorrer do ano, e as atividades complementares ao ensino

realizadas por outros profissionais da escola como a contação de história feitas pela professora eventual.

A administração do tempo para as reuniões pedagógicas, seguem calendário específico para toda a rede de ensino sendo dividida em dois momentos: o módulo dos professores e os sábados escolares. O Módulo dos professores acontece a cada quinze dias, com calendário preestabelecido pela Secretaria de Educação com duração de 2 horas. Os alunos são dispensados sem prejuízo na carga horária, como já mencionado. Essa medida tem contribuído para uma organização pedagógica mais eficiente à medida que favorece a participação efetiva da equipe nas ações da escola, contribui para avaliações contínuas do processo de desenvolvimento do ensino, proporciona um acompanhamento pedagógico mais satisfatório, instiga trocas de experiências e de ideias, favorece na projeção de metas e objetivos e fortalece a integridade do grupo, estimulando a ajuda mútua nos problemas pedagógicos e administrativos da escola.

Além desse tempo, é destinado também 4 sábados escolares para reuniões administrativas/pedagógicas com a finalidade de interagir toda a equipe escolar em um mesmo momento e fazer os planejamentos de ordem geral com o envolvimento de todos os funcionários, e as reuniões de Pais e Mestres estimulando a participação da família nas atividades da escola e na vida escolar de seus filhos.

Contudo, a organização do tempo na escola é de suma importância para a qualidade do ensino-aprendizagem, para o bom desenvolvimento das atividades e implementação das ações planejadas. Ainda que os espaços físicos de nossa escola não sejam favoráveis a qualidade da educação, o tempo precisa ser bem aproveitado para que os alunos não sejam prejudicados em função das deficiências do sistema na abertura das unidades de ensino.

5 PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Municipal Julieta Tarciana Vieira Rocha possui uma direção escolhida através de indicação governamental, a mesma está subordinada à Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão das Neves, a quem presta contas das ações cotidianas da escola, através de reuniões mensais realizadas na Secretaria, de onde partem as diretrizes para aplicação na escola.

Tentando trilhar os caminhos da gestão democrática a escola segue em busca da descentralização do poder, seguindo as orientações de sua rede sem deixar de ser ela mesma. A Escola Municipal Julieta Tarciana Vieira Rocha se preocupa em ter e reforçar sua identidade de instituição que estimula a participação social e a considera fator fundamental para a qualidade da educação. A cerca dessa participação VEIGA (1998) fala muito bem:

Uma estrutura administrativa da escola, adequada à realização de objetivos educacionais, de acordo com os interesses da população, deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos no processo de decisão. Isto requer uma revisão das atribuições específicas e gerais, bem como da distribuição do poder e da descentralização do processo de decisão. (VEIGA, 1998, p.21)

Na construção do processo democrático da escola, a maioria das propostas são definidas em conjunto com toda equipe escolar ao início de cada ano letivo. Há também formação de colegiado que possui participação dos pais e comunidade escolar, porém há necessidade de uma atuação mais efetiva do mesmo, pois a existência do conselho por si só não democratiza os processos o que fica claro segundo SOUZA (2010, p.5 apud PARO, 1995):

Este conselho é um órgão democracia representativa e dele fazem parte representantes dos diversos segmentos da escola (professores e funcionários, alunos e seus familiares) diretamente eleitos. Todavia, o conselho de escola constituído apenas, como mais uma instituição da escola, pouco adianta para o avanço da democracia. Ele tem de se supor como uma ferramenta que objetive a superação dos condicionantes ideológicos, institucionais, político-sociais e materiais. SOUZA (2010, p.5 apud PARO, 1995):

Já com uma participação mais efetiva, o Conselho Fiscal da Escola Municipal Julieta Tarciana Vieira, atua de modo a ajudar na administração dos recursos financeiros e as decisões para aplicação dos mesmos são feitas em conjunto através de levantamento detalhado das demandas e enquadramento. A escolha do conselho é feita através de eleição nominal escolhendo entre os membros que se candidatam aqueles que mais se identificam com a função. A escola possui uma Caixa Escolar com seus respectivos membros que atuam em conjunto com o Conselho Fiscal nos assuntos referentes ao financeiro.

Grande parte das funções exercidas na escola são pré- estabelecidas e regidas por estatuto próprio dos servidores, pois a grande maioria são funcionários públicos concursados, dentro deste grupo, professores e educadores estão subordinados à coordenação pedagógica que por sua vez presta contas à direção escolar, o pessoal administrativo e de serviços, está subordinado somente a direção escolar.

Implantar a gestão democrática é uma tarefa bastante difícil, mas este deve ser um compromisso da gestão escolar. Dialogar, pensar e repensar a escola, buscando melhorias no que se refere a recursos como a qualidade do espaço físico e dos materiais, mas principalmente do material humano integrante da escola.

6 - RELAÇÕES DE TRABALHO

Tendo em vista que a gestão da escola é realizada sob a perspectiva de uma liderança participativa e democrática, as relações pessoais e interpessoais nesta instituição são bem articuladas. O grupo é coeso em suas ações apresentando bons resultados coletivos e de desempenho individual. Enquanto gestores, buscamos interação entre todos os segmentos de forma a contribuir uns com os outros para o crescimento de todos. A equipe administrativa trabalha em conformidade com a equipe pedagógica demonstrando equilíbrio e confiança ao grupo de professores. Os conflitos são solucionados a partir do diálogo e da reflexão de atitudes que favoreçam a integridade pessoal e do trabalho escolar.

A relação entre os professores, que é o segmento com maior representatividade, e demais funcionários da escola, se dá de forma respeitosa e de cooperação, trabalhando em conformidade para um atendimento qualificado à comunidade escolar e local. Como a escola é uma unidade relativamente pequena, o convívio se torna mais próximo, possibilitando uma interação maior entre todo o grupo e a articulação de ideias dos diversos segmentos da escola, além disso as reuniões pedagógicas que acontece a cada quinze dias favorece a reflexão. Preocupações, desejos, anseios e insatisfações percebidas a cada período de 15 dias são levantados neste momento, onde contamos com a participação dos demais segmentos sempre que necessário, além disso, caso seja necessário a reunião oportuniza momento para dialogarmos a respeito de ações que envolvam a todos os profissionais na proposta educacional da escola.

Por se tratar de uma unidade de educação infantil e do ensino fundamental, o profissional tem de ser qualificado e preparado para o atendimento a esses níveis de ensino. Por exemplo, o profissional da limpeza, em uma unidade de ensino, não é apenas um faxineiro, ele exerce uma função educadora em sua ação dentro da escola. A paciência, a maneira adequada de falar com as crianças e se identificar com essa faixa etária são as características principais para o exercício de qualquer função na escola infantil. Nesse sentido a Escola Municipal Julieta Tarciana Vieira Rocha, conta com uma equipe qualificada para o atendimento a crianças de 4 a 6 anos, com pequena necessidade de mudança no comportamento por parte de alguns funcionários, mas que com o acompanhamento pedagógico e da direção aos poucos essas relações vão sendo melhoradas no seio da unidade.

A qualificação adequada também deve ser por parte da formação profissional dos funcionários, que deve ter formação superior para trabalhar na Educação infantil e primeiras séries do Ensino Fundamental. Não basta ter a formação em magistério. Também em relação aos gestores que tem como pré requisito para o ensino superior, mesmo sendo um cargo ainda de indicação e nomeação do Prefeito, bem como o profissional que tem formação comprovada para o exercício da função que são as pedagogas.

A relação entre as crianças é importante para aprimoramento do convívio social, desta forma, o processo de aprendizagem se dá em função de

interações sucessivas entre as crianças, onde através do outro o aluno adquire formas de pensar e de agir, construindo relações sociais e trocando experiências. Na escola o aluno vivencia situações diversas e aprende a se relacionar de maneira carinhosa, despertando com isso uma maneira de comunicar com crianças da sua faixa etária aprendendo a respeitar os limites e diferenças de cada criança, e aprende também a ser solidário com o outro (TASSONI,2000).

A relação dos pais dos alunos com a escola é muito importante para o fortalecimento da aprendizagem dos mesmos e também para o crescimento da escola. “A participação dos pais precisa ser construída dentro da gestão da escola, de forma a criar um ambiente positivo, uma comunicação e cooperação entre a escola e os pais para o alcance dos objetivos educativos” (CASTRO, 2000, p. 81).

É necessário criar mecanismos que contribuam para que os pais participem mais da vida escolar de seus filhos na escola, se fazendo presente e interessados com o desenvolvimento do filho, seus avanços, suas dificuldades e apoio à equipe escolar no que se fizer necessário, bem como também em casa, auxiliando nas atividades de Para Casa, estimulando o crescimento do filho demonstrando o interesse em ver suas aquisições e seu desenvolvimento. As crianças que possuem pais participativos em sua educação, que acompanham dentro e fora da escola, se desenvolvem com maior facilidade e com qualidade.

Sendo assim, a escola se mobiliza por meios de alguns recursos para tentar amenizar um pouco a deficiência da participação dos pais, procuramos interagir com eles através da comunicação via bilhete na agenda da criança, por meio de telefonemas, reuniões aos sábados e durante as aulas em horários de entrada e saída das crianças, uma vez que todas são acompanhadas por um responsável. Mas ainda assim, não é suficiente, pois a comunicação por bilhetes nem sempre atende a necessidade, há casos em que é necessário a comunicação verbal e direta com os pais na presença do professor, pedagogo e diretor da escola. Nas reuniões, ainda que aos sábados os pais não comparecem, ou enviam pessoas com idade inadequada para acompanhamento da criança.

Além dessas ações, em toda oportunidade de festas e eventos que a escola realiza e que os pais estão reunidos em maior número, são feitas apresentações de crianças lendo pequenas mensagens, demonstrando aos pais à importância das crianças estarem na escola, da participação deles nesse crescimento e o trabalho que é desenvolvido pela equipe escolar.

Dessa forma, a escola demonstra aos familiares o compromisso que tem em educar as crianças, fortalece a relação entre a escola e a comunidade bem como dos profissionais, incentivando e valorizando o trabalho do professor, ao compartilhar com toda comunidade escolar e social o desenvolvimento de seu aluno adquirido por meio de seus esforços enquanto educador.

7 - AVALIAÇÃO

Todas as ações no âmbito escolar necessitam de um processo eficaz de avaliação através do qual é fornecido um *feedback* sobre a consolidação das práticas realizadas. Com o Projeto Político Pedagógico não é diferente, há que se avaliar buscar conhecer a fundo qual foi a eficácia do seu trabalho e o que pode ser mudado para que haja constante melhoria do mesmo. De acordo com VEIGA, (1998, p.21):

A avaliação do projeto político-pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva).

O ato de avaliar é fundamental para saber quais são os pontos de sucesso, fracasso ou melhora de determinadas ações. A avaliação feita de modo correto aponta caminhos para as intervenções necessárias dentro da realidade da escola, ao avaliar com clareza é possível ser conhecer todas as vertentes e possíveis linhas de ação para mudança se necessário for. Porém, para que o trabalho seja desenvolvido de forma satisfatória há que se ter total consciência do que é avaliar, como afirma LUCKESI, (1998, p. 76):

O termo avaliar também tem sua origem no latim, provindo da composição a-valere, que quer dizer "dar valor a...". Porém, o conceito "avaliação" é formulado a partir das determinações da

conduta de "atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação...", que, por si, implica um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso de ação avaliado. Isto quer dizer que o ato de avaliar não se encerra na configuração do valor ou qualidade atribuídos ao objeto em questão, exigindo uma tomada de posição favorável ou desfavorável ao objeto de avaliação, com uma conseqüente decisão de ação. LUCKESI, (1998, p. 76)

A avaliação se dará de forma processual, através da análise dos resultados escolares em todos os aspectos do projeto político pedagógico, sendo registrados avanços e falhas no decorrer do processo. Ao final de cada ano é feita pela instituição uma avaliação geral, onde poderão ocorrer os ajustes necessários de acordo com as necessidades apresentadas pela comunidade.

No que tange aos alunos a avaliação se dá por parte da observação do seu desenvolvimento e de toda rotina escolar, observando aspectos como aprendizagem, integração com o espaço escolar e comportamento. Há também avaliações diagnósticas bimestrais feitas pelas professoras, e a equipe pedagógica realiza semestralmente avaliação diagnóstica individual, onde é apurado grau de desenvolvimento do aluno bem como seu nível de aprendizagem em relação aos conteúdos pertencentes à proposta curricular da escola. Estas avaliações são individuais, onde o aluno diante do professor ou pedagogo e sob suas orientações realiza as atividades propostas, neste momento o mesmo é observado e é feito registro de suas dificuldades e/ou avanços.

A avaliação não tem como objetivo a punição ou premiação, ela aponta ritmos e processos de aprendizagem diferentes. É importante as anotações diárias, isso possibilita ao professor e ao aluno um retrato dos passos percorridos na construção da aprendizagem, possibilitando assim, um conjunto de dados que expresse avanços, mudanças conceituais, novos jeitos de pensar e de fazer, alusivos à progressão do estudante.

O processo de avaliação da Escola Municipal Julieta Tarciana Vieira Rocha busca ir além da verificação de aprendizagem é processo utilizado para interagir com o aluno, participar de seu mundo e conhecê-lo, para melhor ensiná-lo. O que segundo HOFFMANN(2005), é muito importante:

A avaliação, enquanto mediação significa encontro, abertura ao diálogo, interação. Uma trajetória de conhecimento percorrida num mesmo tempo e cenário por alunos e professores. Trajetos que se desencontram, por vezes, e se cruzam por outras, mas seguem em frente, na mesma direção (HOFFMANN, 2005, p. 40).

A avaliação referente à comunidade será feita através de questionários anuais que contemplem os aspectos considerados importantes, neste caso os mesmos avaliam a instituição e destacam pontos de melhora em relação a escola como um todo. Os profissionais e gestores, por sua vez, realizam sua própria avaliação de forma coletiva ao fim do ano letivo, momento este em que é iniciada a elaboração do plano de ação para o ano seguinte tomando por base o levantamento dos resultados positivos e negativos. Neste momento também ocorre a avaliação da participação da comunidade escolar ressaltando quais pontos foram satisfatórios e quais aspectos são passíveis de melhora.

A avaliação de desempenho dos professores e funcionários é realizada pela direção escolar e pelo próprio funcionário e gerenciada pela Secretaria Municipal de Educação que realiza também a avaliação de desempenho da direção escolar.

Segundo LUCKESI, (1998 p.76): “A avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção de configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer ante ou com ele.” Partindo dessa ideia, ao final de cada ano letivo deve-se através do processo de avaliação, reformular algumas ideias, projetos e programas, apontar pontos de melhora em cada área da instituição, bem como potencializar tudo que foi considerado como positivo durante este período, por isso a avaliação é parte fundamental para a eficaz aplicação do projeto político pedagógico. Como podemos ler em SAUL (1994):

No entanto, a avaliação, como a vejo, pode ser uma "grande janela", através da qual podemos entrar e alterar as nossas práticas cotidianas, ou seja, o nosso projeto pedagógico. Com isso queremos significar que através da janela da avaliação é possível alterar o que desenvolvemos na sala de aula, a relação com os colegas da Escola, prevendo a própria concepção da Escola como um todo. É possível, portanto, através da preocupação com a avaliação, trabalhar no

sentido de revisão do projeto pedagógico. (SAUL, 1994, p.65)

Dessa forma a Escola Municipal Julieta Tarciana Vieira Rocha, busca trabalhar a avaliação, avaliando e reavaliando a todo tempo, construindo e reconstruindo na medida em que for necessário na busca da educação de qualidade.

Avaliação da Proposta Pedagógica

Avaliar significa acompanhar o desenvolvimento e a conversão das metas estabelecidas em resultados concretos e medir o grau de eficiência nesse processo de conversão.

Na procura constante pela fidelidade aos Princípios Filosóficos instituídos, pela plena realização das Missões delineadas nesta Proposta Pedagógica, a escola estará, continuamente, acompanhando as ações projetadas, avaliando se a implementação desta Proposta está sendo desenvolvida de acordo com o proposto e, se os resultados previstos estão acontecendo de conformidade com o esperado.

Portanto, os objetivos e metas serão analisados nas suas causas e efeitos. Esta Proposta Pedagógica não é um projeto acabado, findo em si mesmo, mas um planejamento que deverá ser enriquecido e aprimorado pelos participantes da escola, constantemente, até que se consiga estruturar uma Proposta Pedagógica que aproxime dos ideais que se pretenda ter e ser. Razões pelas quais, tornar-se-á imprescindível avaliar criteriosamente a Proposta Pedagógica, no sentido de evitar a distorção entre as suas proposições e as atividades executadas pela escola, evitando a dicotomia entre os que se diz e o que se faz.

Considerações Finais

Este Projeto Político Pedagógico, elaborado com o envolvimento e a participação de toda a comunidade escolar, irá direcionar todas as ações da Escola Municipal Julieta Tarciana Vieira Rocha, com a finalidade de assegurar uma educação de qualidade. O mesmo será revisto e reelaborado sempre que necessário para melhor atender a realidade da escola e da comunidade.

Contudo, o PPP é um instrumento de democratização onde todos tenham voz e vez, com a oportunidade de participar e de se envolver nas ações da escola fazendo com que seja resgatado o seu papel social de espaço público e comunitário.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

BELLONI , I . E MAGALHÃES, H. E SOUSA, L . C. Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional – 3.ed. – São Paulo, sp, Editora Cortez, 2003.

BRASIL. Constituição (1998). Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em 10/04/2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília, 2008. V. 2

_____. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Lei Federal de 05/10/1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei Federal n.º 9.394, de 26/12/1996.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução nº 01, aprovado em 07/04/1999b.

_____. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, CNE, CEB. Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil. Parecer nº22/98, aprovado em 17 de dezembro de 1998.

CASTRO, Marta Luz Sisson de. A gestão da escola básica: conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora de escola municipal. Em Aberto, Brasília , v.17, n 72, p. 71-87, fev./jun.2000. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 05/07/2010

CAVALIERE. Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n 100 - especial, p. 10151035, outubro de 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

CERISARA, A. B. A produção acadêmica na área da educação infantil a partir da análise de pareceres sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil. In: Faria, A. L. G. e PALHARES, M. S. (orgs) Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios. Campinas, SP: autores associados-FE/Unicamp; São Carlos, SP: Editora da UFSCAR; Florianópolis, SC; Editora da UFSC,1999, p.19-49.

DOURADO, Luiz Fernandes. Conselho Escolar e o Financiamento da educação no Brasil. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. 2006.

HADDAD, Sérgio. O direito à educação no Brasil - Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação, 2004. Disponível em:[http://moodle3.mec.gov.br /ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 26/04/2010.

MARÇAL, Juliane Corrêa. Progestão: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola?. Módulo III. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de secretários de Educação, 2001.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola. 2003. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 10/05/2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de. MORAES, Karine Nunes de. DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão Escolar Democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br /ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 24/05/2010.

ONU. Declaração dos direitos humanos – aprovada em 10 de dezembro de 1948.

ONU. Declaração dos direitos da criança - Resolução ONU, 20 de novembro de 1959.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES - LEI Nº 2278/99. Lei Municipal que dispõe sobre criação do programa de manutenção da escola – PME e dá outras providências aprovada em 13 de dezembro de 1999.

REINHOLD,H.H. Avaliação Institucional - para que? In: Puentes, R. V. e ORRÚ,S,E.(org.) As múltiplas faces da avaliação. Teoria e prática na educação. São João da Boa Vista, SP: Editora Unijeob, 2004, p33-44.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 5 (2009). Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, seção 1, p.18.

SEE. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Programa de Intervenção Pedagógica: alfabetização no tempo certo. Guia do Alfabetizador. Exemplar 1, 2, 3 e 4. Belo Horizonte, 2008.

SOUZA, Ângelo Ricardo de... [et al.] Avaliação como instrumento para a gestão democrática na educação. Disponível em: moodle3. mec.gov.br/ufmg. Acesso em 10/07/2010.

SOUZA, Sandra M. Zákia L. Avaliação institucional: Elemento para discussão. Disponível em: moodle3. mec.gov.br/ufmg. Acesso em 10/07/2010.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE). Coleção: Orientações para a Organização do Ciclo Inicial de Alfabetização. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2003, 2004, 2005.

VASCONCELOS, Celso S. Coordenação do trabalho pedagógico do projeto político pedagógico ao cotidiano de sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.